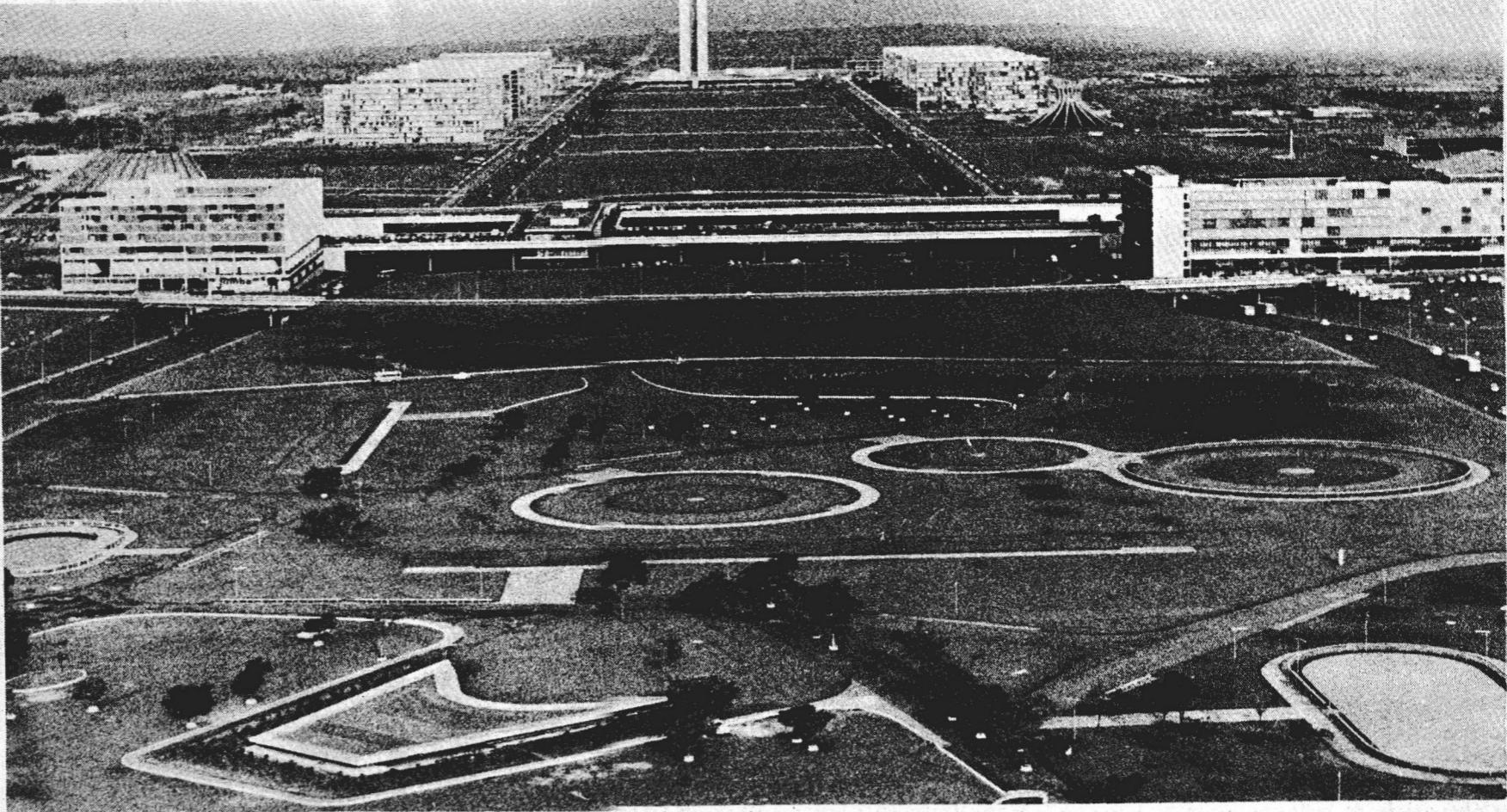


Ao participar do Seminário sobre Problemas Urbanos de Brasília, Lúcio Costa foi veemente ao pedir a todos, administradores, arquitetos, "inovadores", que deixem Brasília se desenvolver a partir de sua própria essência. Para ele, não serão novas idéias, remontadas às originais, que poderão solucionar problemas que surgiram do rápido crescimento da cidade. Na verdade, a maioria desses problemas ele atribui às deturpações inseridas no Plano-Piloto. Mas aqueles problemas naturais da explosão urbana, a maioria já era prevista no plano original de Brasília.

E por isso, mais uma vez, no Seminário realizado na Câmara dos Deputados, Lúcio Costa tentou mostrar que há ainda muita coisa a se fazer. Por isso também, mais uma vez expôs seu plano e pediu que "não se faça de Brasília o que ela não é".

E que se dê continuidade ao Plano-Piloto. Se tudo se fizer como deve ser feito, e depois da cidade concluída, então que venham as críticas, se forem necessárias



Lágrimas de Lúcio podem modificar Brasília?

Para Lúcio Costa, não há necessidade de reformular o Plano Piloto de Brasília, pois "os problemas que afligem a cidade, além de não se revestirem de alta gravidade que frequentemente se propala, podem encontrar soluções relativamente fáceis".

Emocionado até as lágrimas, Lúcio Costa abriu o I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília, promovido pela Comissão do Distrito Federal do Senado, no mês passado.

EMOÇÃO

Lúcio Costa começou por afirmar que sua presença em Brasília se devia a uma "cortês imposição" do senador Cattete Pinheiro, que se seguiria a um convite do governador do Distrito Federal. Sua voz começou a tremer, para depois ficar embargada. Calou-se, enquanto seus olhos marejavam e algumas lágrimas deles brotaram. Um contínuo serviu um copo de água, enquanto o plenário e as galerias, repletos como nunca estiveram, proferiram em demorados aplausos. Foi o tempo suficiente para Lúcio Costa se recompor e prosseguir na sua conferência.

Notou-se, no entanto, que sua humildade estava afrontada tanto pela massa da assistência interessada em ouvir sua palavra, como pela presença de um verdadeiro batalhão de fotógrafos e cinegrafistas, que o bombardeavam com os "flashes" elétricos de suas máquinas e com as fortes luzes de iluminação especial.

— Tírem essas luzes de cima de mim — pediu, num tom que fez ir a assistência.

Lúcio Costa fala baixo, mas sua voz, graças ao serviço de som do Senado, era facilmente audível. Mostrou-se, todavia, preocupado com o fato, interrompendo várias vezes sua conferência, para perguntar se todos estavam escutando bem.

GRATIDÃO

Lúcio Costa começou sua conferência fazendo menção a três brasileiros, que segundo ele, estão eternamente ligados à construção de Brasília: "O Presidente Oliveira" (Juscelino Kubitschek de Oliveira), "o arquiteto Soares" (Oscar Niemeyer) e "o engenheiro Pinheiro" (Israel Pinheiro).

Destacou, também, os operários que para aqui vieram e, sempre sob aplausos, contou inúmeras passagens da época da construção, para caracterizar a dedicação e o amor com que aquelas três personalidades executaram seu trabalho.

Disse, aludindo a contato com JK, que, em certa ocasião, sugeriu a ele que se construisse metade apenas da plataforma rodoviária, tendo em vista as despesas que adviriam com sua construção total. Em resposta, Juscelino lhe disse que a obra teria que ser feita completa, sob pena de não ser

concluída mais tarde. De outra teia, Lúcio Costa ponderou ao então Presidente que, caso houvesse problemas de recursos, se deixasse para mais tarde aquilo que, dentro de uma escala de prioridades, fosse menos urgente, tendo ouvido a resposta de que era preciso construir justamente o menos urgente, porque o fundamental, obrigatoriamente, teria de ser feito por quem lhe sucedesse. Esses dois fatos, para Lúcio Costa, mostram a lucidez, a visão e a coragem do construtor de Brasília.

Ressaltou, depois o trabalho do arquiteto Oscar Niemeyer, que segundo ele, com sua equipe enfrentou toda a sorte de dificuldades naturais de um canteiro de obras, mas, mercê do amor e da dedicação à obra que se iniciava, com nada se amedrontava. Fez, também, menção ao caráter de execução do engenheiro Israel Pinheiro, lembrando os riscos, inclusive físicos, que ele teve de enfrentar para levar avante, e com sucesso, a missão que lhe fora confiada. Assim, com os poderes que Juscelino lhe deu na parte de urbanismo, a Niemeyer no setor de arquitetura e a Israel Pinheiro, na área de execução, foi possível a concretização de Brasília, que a seu ver, representa um "verdadeiro milagre".

SÍMBOLO

Reconhecendo serem já por demais conhecidos os objetivos do Plano Piloto de Brasília, Lúcio Costa assinalou, no entanto, nunca ser demais lembrar seus pontos fundamentais, no momento em que se organiza um Seminário para debater seu projeto.

Explicou, inicialmente, a filosofia urbanística de Brasília, observando que, pelo seu traçado, a Praça dos Três Poderes seria elemento de destaque, simbolizando um braço com uma mão estendida, penetrando o cerrado. Essa mão (vértices do triângulo) significaria a Democracia se oferecendo ao povo, representado pelo cerrado, de vegetação pobre, como a maioria da população brasileira.

Revelou, ainda, que Brasília foi planejada em função de quatro e não de três escadas, a saber: escala coletiva ou monumental; escala cotidiana ou residencial; escala concentrada ou gregária; e escala bucólica.

ATUALIZAÇÃO

A seguir, Lúcio Costa passou a focalizar objetivamente os problemas atuais de Brasília, começando por colocar-se contrário à idéia de reformulação do Plano Piloto, por entender que a solução não está em reformular, mas sim, em atualizar e criar condições para que o plano de Brasília, alcançando a sua plenitude, possa expandir-se, desenvolver-se.

Para Lúcio Costa, é evidente que o crescimento da cidade ocorreu de forma anômala, pois estava planejada

para uma população de 500 a 700 mil habitantes. Só depois de atingido esse número se começaria a construção das cidades-satélites. No entanto, segundo ele, houve uma inversão nesse plano, porque a mão-de-obra que afliui para construção aqui se fixou, quando se esperava que os trabalhadores, em pelo menos um terço, regressassem aos seus Estados de origem, sendo outro tanto desviado para a zona rural e aproveitado nas fazendas-móveis previstas e que "nem chegaram a ser implantadas".

Lúcio Costa foi categórico ao afirmar que o Plano Piloto, com suas características próprias, deve ser mantido. Deve-se, agora, prever áreas adequadas para a expansão da cidade, de forma a impedir — "e isso é fundamental" — que ela, através de vias de conexão com as satélites, se alongue ensejando que estas se juntem ao Plano Piloto, formando um núcleo urbano único, como nas cidades tradicionais.

Isto, a seu ver, seria um desastre e deve ser impedido. Minha sugestão é no sentido da criação de anéis entre o Plano Piloto e as cidades-satélites, para atividades agrícolas, como única maneira de evitar essa ocupação indevida, de caráter urbano. E preciso igualmente favorecer a criação de atividades industriais, além desses anéis e compatíveis com o espírito Distrito Federal, para que essas populações não vivam apenas em função do Plano Piloto, mas tenham opção de trabalho nas proximidades do local em que vivem. Esses anéis — agrícola e industrial — levaram a uma solução racional a ocupação da área de Distrito.

OCUPAÇÃO

Lúcio Costa acentuou a necessidade de se ocupar os espaços vazios do Plano Piloto antes de pensar-se em novas áreas de expansão.

— A Asa-Norte, quando completa da, vai absorver — frisou — uma grande população.

Focalizando a idéia de criação de um novo lago, resultante da Barragem de São Bartolomeu, para a localização de novas áreas residenciais, disse que o propósito é louvável, mas se trata de uma necessidade para o futuro. O que é necessário, agora, repetiu, é ocupação das áreas vazias do Plano Piloto, notadamente na Asa-Norte.

PROBLEMAS

— Eu tinha a impressão — disse — que dramatizam um pouco quando falam em problemas tão graves e tão insolúveis. Acho que os problemas não são tão grandes, mas provocam certas situações inconvenientes, mas corrigíveis.

Falando sobre a "humanização da cidade", salientou que há casos que precisam ser encarados de frente e de forma decidida: o primeiro, o encaminhamento de pedestres. Disse ter observado que há uma desarticulação

E que preciso buscar uma maneira simples, sem grandes artifícios, de conectar o encaminhamento dos pedestres, para que estes possam ir de um lado para o outro em segurança.

CENTRO URBANO

Lúcio Costa afirmou que o problema que deve ser mais rapidamente resolvido é o do Centro Urbano, localizado na altura da plataforma superior da Estação Rodoviária.

— A cidade continuará anômala e claudicante enquanto não for feito o Centro Urbano, no lugar onde foi especificamente determinado. E observei que este Centro está sendo construído de maneira inadequada. Infelizmente, os pavimentos terrenos não foram tratados da forma devida, para atrair a população para aquela área. Mas ainda tem muito espaço o que existe terá de ser corrigido. A começar pela própria plataforma superior. Está igual ao dia da inauguração. Ninguém fez mais nada. O plano prevê para aquele local, duas praças verdes, para quebrar aquela dureza e planos de contorno do tráfego. Acho que agora o Seminário pode focalizar este problema.

Assinalou ter ficado "chocado" quando verificou que os poucos prédios construídos no Centro Urbano foram abaixo do nível da plataforma, sem ligação com a calçada. Qualificou o fato de "uma coisa estranhíssima".

Para corrigir essa situação, sugeriu um artifício: avançar as sobrelajes, com instalação de cafés e restaurantes, sobre as calçadas, de modo a permitir o nivelamento.

— E preciso — assinalou — criar condições para atrair a população para o Centro Urbano, que é o próprio coração da cidade.

ARBORIZAÇÃO

Outro destaque foi a abordagem de Lúcio Costa sobre a urbanização das superquadras. Elas deveriam ter cortinas de árvores, em particular espécies de Ficus que nomeou, todas apropriadas para esse tipo de urbanização, produzindo árvores de grande porte e majestade.

Não só em relação às árvores o urbanista extravazou seus sentimentos. Em vários pontos da conferência lembrou que sua concepção da futura Capital da República levou, em seu bojo, muito sentimento e até mesmo romantismo, como quando imaginou a Praça dos Três Poderes tendo como fundo o cerrado agreste, "simbolizando o sofrido povo brasileiro". No entanto, segundo assinalou, aconteceu o imprevisto: as máquinas acabaram com o cerrado, o que, não podendo ser reconstituído, obriga a imaginar um novo fundo para o mármore dos palácios da Praça dos Três Poderes. Aconselhou, aqui, o pinheiro do Paraná.



O Engenheiro Plínio Cantanhede, conhecido em Brasília como o prefeito jardineiro, lamentou que Brasília tenha perdido um dos mais belos projetos de Oscar Niemeyer. Plínio falava ao Seminário de Estudos do Senado do projeto do aeroporto, apresentado ao final de seu governo e aprovado pelas autoridades da época. Segundo ele, uma das expressões máximas do talento de Niemeyer e que seria o grande cartão de visitas de Brasília. Entre críticas ao que foi modificado do plano original, Plínio não se esquia de reafirmar o sentido magnânime da nova Capital. "Brasília é, sem dúvida, muito mais, neste século, temeroso a cada instante, da destruição da própria vida, como que uma flor da esperança humana, desabrochando em altitudes e planos mais elevados". Também a importância social de Brasília é salientada em seu histórico pronunciamento.

Ele a vê como cidade destinada a corrigir os desniveis econômicos entre as regiões que compõem a carta geográfica do país...

O sonho que se tornou realidade

Brasília foi paradoxal em suas origens. E ainda hoje o é ao encerrar este Seminário, ao qual a inteligência e o alto senso político do eminentíssimo senador Catete Pinheiro deram corpo e alma. Ao invés de encerrá-lo com "chave de ouro", como proverbialmente se faz, o senador Catete Pinheiro preferiu fazê-lo na abertura; esta, de fato, com "chave de ouro", trazendo a este Seminário as palavras sábias e áureas do mestre Lúcio Costa. Para encerrá-lo, o ilustre presidente da Comissão do Distrito Federal traz hoje aqui o modesto engenheiro e administrador que nos idos de 1964 a 1967 teve a ventura de governar Brasília, como seu prefeito, vivendo aqui as melhores horas de sua vida de engenheiro e administrador público. Engenheiro que trazia uma única aspiração - dar à Brasília o sentido pleno de "urbs", que a atropelada magnificência da sua construção, ainda inacabada, não permitira alcançar. Criar as condições necessárias de vida do pôlo das grandes decisões políticas e administrativas do país. Transformar o sonho visão de um santo - Dom Bosco, enunciado em termos políticos por um símbolo de nossa história - José Bonifácio; proclamado por um nome da nossa imprensa - Hipólito da Costa; consagrado em todos os textos constitucionais republicanos - na realidade viva palpante de Brasília de hoje, graças ao pensamento político transformado em comando de ação pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira; à sabedoria e ao humanismo de Lúcio Costa, ao senso e à audácia estética de Oscar Niemeyer e às características marcantes de realizador e de pioneiro de Israel Pinheiro.

Não participei nem mesmo acompanhei os trabalhos de construção de Brasília; convocado que me achava para outros setores da vida pública. Senti, porém, ao assumir a Prefeitura do Distrito Federal, em 18 de maio de 1964 e que hoje repete-se ao enfrentar tão ilustre auditório, emoção que acredito poucos possam sentir, porque senhores, em 10. de novembro de 1955, já lá se vão quase vinte anos aqui desci, de um monomotor em pista mal aberta no cerrado virgem, pela vontade persistente de um grande bandeirante do Brasil contemporâneo - Bernardo Sayão Carvalho de Araújo - posto à nossa disposição, para vermos a gleba que seria a futura capital - Vera Cruz. De macacão encontrara-o, na véspera, à noite, em Goiânia, no parque de tratores do Estado, do qual era vice-governador. O grande desbravador de Ceres já sonhava com a nova capital do Planalto Central; capital a que daria todo o dinamismo de sua personalidade invulgar, toda seiva de sua vida fulgurante, toda beleza de sua brava morte lutando nas matas da Brasília-Belém. Na manhã clara e ensolarada de 10. de novembro, em pleno cerrado, numa trilha, arborizada em pista para teco-teco, pousamos após sobrevoar a queda do Paranoá, que poucos aqui ainda conheciam, e a velha Planaltina. Na imensidão da planura somente a antiga fazenda do Gama. Sobrevoando a região, sentimos o caráter integrado do Brasil, espelhando em sua geografia local - os três riachos, que partindo do Parque das Aguas Emendadas, fluem, buscando as principais artérias do corpo continental - o Amazonas, o São Francisco e o Paraná. Que Brasília, plantada no coração do país pela vontade da atual geração na realização de um sonho de uma pleia de estadistas, que vêm dos albores da Independência, seja para sempre o ponto deste Continente, de onde fluirão as correntes espirituais da fraternidade continental e da convivência pacífica e democrática de todo o Universo.

Junto a um pequeno e tosco Cruzeiro, levantado pela Comissão da Nova Capital, então presidida pelo ilustre general José Pessoa, Clycon de Paiva e eu pudemos, por alguns minutos, admirar a beleza rude do cerrado, a claridade ofuscante do planalto. Nessa manhã de sol, longe estava de pensar que seis anos mais tarde a vontade de realizar o espírito criador dos brasileiros levantariam

Brasília, a jóia do urbanismo e da arquitetura contemporânea, expressão legítima de um povo com a vontade firme de crescer e progredir, e no dizer de Malraux "a primeira das capitais da nova civilização".

Maior foi minha emoção, agravada ainda pelo sangue que corre em minhas veias, do meu avô, eng. Aarão Reis, o construtor juntamente o eng. Lucas Bicalho, nos fins do século passado, de Belo Horizonte, surgida no sopé da Serra da Moeda, nas terras da fazenda do Curral Novo, quando um decênio depois, aos 18 de maio de 1964, assumiu, mobilizado pelo grande presidente Castelo Branco, os destinos de Brasília, em hora difícil e conturbada do país.

Aquele agreste do cerrado, imenso planalto deserto sem obstáculo, que vira em 1955, transmutara-se. Recebia uma cidade, ainda com características de um grande acampamento de obras que se estavam concluindo.

Lúcio Costa, com a sapiência tranquila de um sábio mandarim, traçara-lhe os contornos e as artérias - o plano urbanístico de Brasília, obra-

nova capital todo dinamismo de sua inteligência. Egresso dos corredores parlamentares, onde pontificava como presidente da Comissão de Finanças, largou ao meio um mandato, para vestir a camisa do cangango e no ermo do Catetinho dos primeiros dias vibrou com o ronco dos tratores, no comando da grande massa de engenheiros e operários para a criação desta sinfonia de beleza e de luz.

Brasília, na beleza de sua concepção urbanística, na singeleza de suas linhas arquitetônicas, na arte e na funcionalidade de seus edifícios, não deve ser encarada simplesmente como uma cidade a mais ou como simples desejo de inovar uma nova capital para o continente brasileiro. Não pode ser vista, apenas como uma manifestação do engenho da arte de nossos profissionais da arquitetura e da engenharia. "Não cabe mais ser considerada como sendo uma nova capital, transferida para o interior do país, como uma forma de defesa contra possíveis agressões externas, conceitos que as modernas doutrinas de guerra deslocaram no panorama deste século".

Não se fez, evidentemente, uma metrópole com aço e pedra apenas. As componentes sentimentais sublimam e consagram inspiração da engenharia. Não se erigiu por isso uma cidade

A fibra e a ação dos bandeirantes do século XVI, diretos descendentes dos velhos lusos, fixaram a configuração geográfica deste país, na epopeia das entradas e das bandeiras, que mais tarde o gênio de Rio Branco iria cristalizar nos tratados de limites, testemunhos indeléveis de nossa vocação pacífica.

A fibra e a ação de modernos bandeirantes, técnicos e operários brasileiros, com o mesmo vigor dos antigos bandeirantes, argamassaram, em menos de uma década, este primor da técnica urbanística, estas obras-primas da arquitetura contemporânea, dentro dos sertões, ainda virtualmente inviolados pela civilização. Obra do gênio de um povo, a sua implantação gerou efeitos que confirmam a vocação imbatível do homem a sustentar gestos verticais nas caminhadas longas que emprende. Brasília inspirou-se no novo século.

Não se fez, evidentemente, uma metrópole com aço e pedra apenas. As componentes sentimentais sublimam e consagram inspiração da engenharia. Não se erigiu por isso uma cidade

ram, através da ação indomada de seus pioneiros.

Brasília governa esta nação. Cidade menina, com pouco mais de um decênio de vida, há no entanto uma maturidade histórica que a inspira. É a luz peregrina dos avoengos que desce sobre os domínios continentais recém-descobertos, indicando-nos o caminho longo que nos leva àqueles objetivos nacionais de paz e de desenvolvimento que a nação desde sua madrugada sonhou.

Em face do complexo continental que caracteriza o Brasil ainda em formação, o novo Distrito Federal sugere a reformulação de um quadro demográfico mal disposto.

Plantado neste império telúrico, insondável para os cépticos, inacreditável para os pessimistas, aberto para os que fazem a exegese real da geopolítica brasileira, Brasília promove a convocação das massas populacionais que se fixaram na orla do Atlântico, a fim de que efetivos demográficos tão combativos redistribuam-se humanizando lacunas territoriais quase lendárias. A filosofia que esta cidade encarna

país, passando a ser uma aspiração nacional, no novo Distrito Federal.

Surgiu Brasília para a História, na singeleza da frase perfeita do grande Lúcio Costa. "Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto ou seja o próprio sinal da cruz." E os nomes do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, do eng. Israel Pinheiro, dos arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer e toda uma plêiade de técnicos e operários - os cangangos pioneiros - inscreviam-se luminosamente nas primeiras letras da História de Brasília com aqueles que deram, na primeira arrancada, com alma, corpo à aspiração nacional de integração da Pátria.

Os presidentes da Revolução, Castelo Branco e Costa e Silva iniciaram o processo da defensiva consolidação de Brasília, com a transferência dos órgãos do Poder Executivo. O Presidente Emílio Garrastazu Medici, com a sua presença constante em Brasília, para ela transferindo toda a cúpula administrativa e o corpo diplomático, efetuou a consolidação da nova capital. E o Presidente Ernesto Geisel com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro consagraram definitivamente Brasília como centro das grandes decisões político administrativas do país, lançando a última pá de cal sobre as possíveis aspirações sebastianistas de retorno ao litoral.

Hoje, como bem disse o ilustre senador Catete Pinheiro ao abrir este Seminário "passados, apenas, pouco mais de quatorze anos de sua inauguração, vemos a cidade premiada por muitos problemas próprios das cidades comuns, que pretendeu evitar. O imprevisível crescimento demográfico de 14,4% média dos primeiros dez anos, aliados a outros fatores originou graves e patentes falhas que serão analisadas."

Lançada para o futuro Brasília não deve se encerrar em um sacrário de intangibilidade. O dinamismo da "urbs" moderna, a expansão constante de suas atividades reclamam progresso e novos meios de ação. Mas as bases fundamentais de sua concepção, substancialmente nas linhas singelas do plano Lucio Costa devem ser respeitadas a todo custo, porque elas incorporaram todos os princípios de uma cidade do futuro de um continente do amanhã.

Até hoje, felizmente, não passou por Brasília - e estou certo que o ilustre governador eng. Elmo Serejo Farias não há de querer inaugurar a série governante com o desejo explícito ou com intuito claro de reformar ou restruturar em novos moldes a fisionomia urbanística de Brasília. E se algum dia alguém o fizer, com o repúdio de todos os brasilienses, acredito que imediatamente, na ganância da especulação imobiliária ou na ignorância da

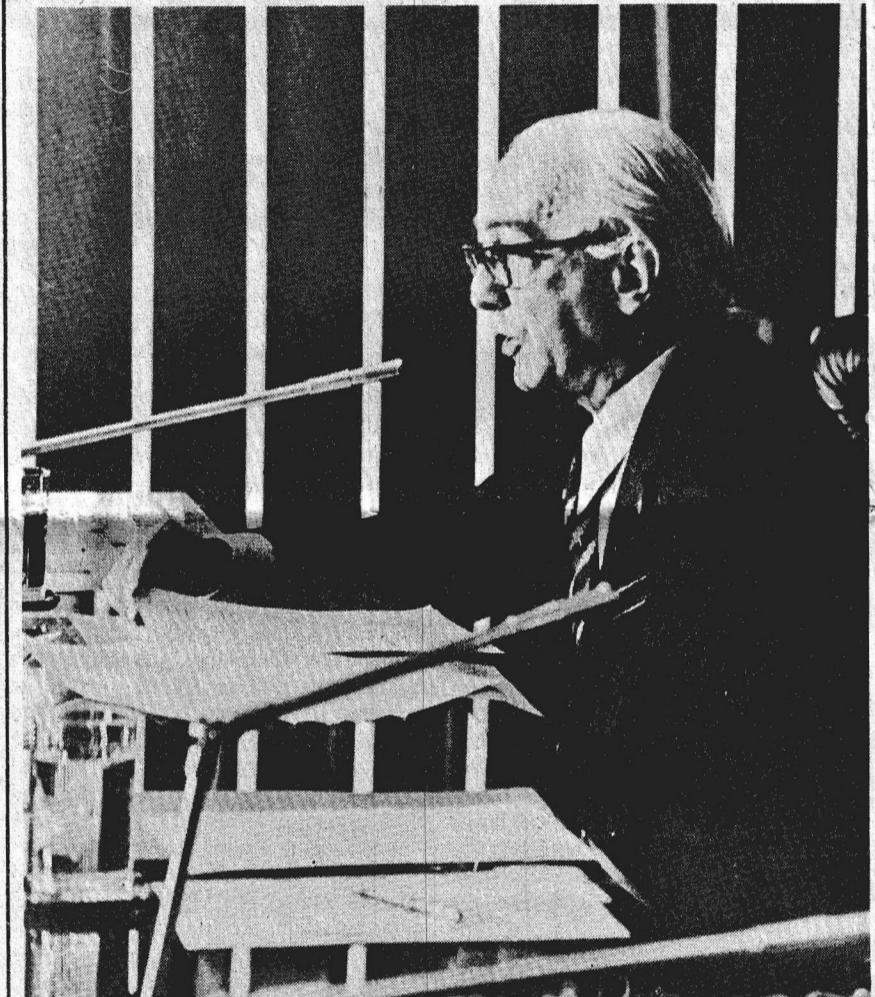
insensibilidade governamental, começará as fundações de edifícios de 50 a 80 pisos para ocuparem o vazio da Esplanada dos Ministérios ou dos edifícios de 15 a 20 andares para preencherem os espaços verdes, que fazem a beleza e alegria de viver das superquadras de Brasília. Como muito bem disse o mestre Lúcio Costa em sua aula magna deste Seminário: "É fundamental que nas superquadras residenciais se evitem inovações no sentido de gabarito mais alto a pretexto de maior densidade, como ocorrerá certamente no futuro". Mais adiante reafirmou o mestre: "Transformar as quadras em quarterões, com grandes edifícios em altura, seria descharacterizar completamente a ideia fundamental de Brasília, que é criar áreas de vizinhanças, em que a pessoa se sinta, de fato, desprendida da área urbana".

A ansiedade do homem brasileiro em realizar uma política racional de integração sócio-econômica do país é testemunhada pelas sucessivas leis que os representantes do povo voltaram desde a Constituição de 87, das quais Brasília hoje é concretização do grande sonho do velho Andrade.

As procrastinações que se verifica-

ram, inspiraram-se na resistência insensata de setores virtualmente impermeabilizados diante das manifestações da civilização e do progresso contemporâneos. O fenômeno da circulação das riquezas recomendava abertura do campo sócio-econômico. Do contrário, com o trabalho do homem concentrado em áreas físicas angustiadas, confinadas ao litoral, não se poderia efetivar a dinamização do potencial da pátria, pois se impunha um conforto real da extensão com a vocação pacífica do seu povo, cioso em geral de fortuna e desenvolvimento.

Brasília, ainda na antiga esquematização dos planos urbanísticos já era uma sugestão de prosperidade nacional. A tese da mudança da capital atravessou largas épocas. Revitalizaram-se as correntes da opinião do



Profundo conhecedor dos problemas da cidade, Plínio Cantanhede deu um sincero e valioso depoimento à Brasília de hoje.



prima condensada em 14 páginas datilografadas. Evangelho de todos aqueles que tenham a responsabilidade de manter Brasília dentro das linhas mestras da filosofia urbanística que Lúcio Costa lançou ao vencer o concurso internacional do Plano de Brasília; afirmando em seu Relatório que a transferência da capital para o Planalto Central representava, antes de tudo, "um ato deliberado de posse... um gesto de sentido desbravador nos moldes da tradição colonial".

Oscar Niemeyer, realçando a concepção urbanística de Lúcio Costa, criaria o relevo impressionante da beleza de seus palácios e edifícios. O Palácio da Alvorada, o Planalto, o Palácio dos Arcos, o Congresso Nacional, o Quartel General, o Supremo Tribunal, o Palácio dos Buritis, o Palácio da Justiça, a quadra dos Tribunais, a Estação Rodoviária, a imponência da Esplanada dos Ministérios, são degraus de uma escala magnífica de obras-primas. Infelizmente, um dos seus melhores e mais audaciosos e funcionais projetos, apresentado ao fim do meu período de governo de Brasília e aprovado pelas autoridades da época - o do Aeroporto, uma das expressões máximas do seu talento e que seria, sem dúvida, o magnífico cartão de visitas digno do ambiente arquitetônico e urbanístico de Brasília, não veio a ser realizado.

Israel Pinheiro, o grande pioneiro, o homem de ação rápida e fulminante, sem a preocupação do requinte na realização, mas com fervor e entusiasmo na ação, dirigindo a NOVACAP e primeiro prefeito de Brasília, dera

Brasília, em sua curta história, curíssima, pouco mais de um decênio de vida, não se constituiu tão somente em mais um grupamento social acrescido à estrutura do país. Já seria grande o seu mérito se somente viesse a ser o modelo de futuras capitais e cidades no amanhã do urbanismo. Já é, sem dúvida, muito mais, neste século, temeroso a cada instante, da destruição da própria vida, como que uma flor da esperança humana, desabrochando em altitudes e planos mais elevados. Quando outros povos escavam cidades subterrâneas, as retiram do mapa e as encobrem, para uma fuga premeditada de uma possível catástrofe atómica, aqui, na tranquilidade do Planalto, argamassou-se uma cidade nova, translúcida, transparente, constituindo-se de espaços livres, vidros e claridade. É o símbolo de que a luz, a liberdade de olhar os céus e de viver as belezas da vida não serão banidas da face da terra, nem pelo escuro das traições, nem pelo clarão da morte atómica.

Brasília é um misto dos ideais e dos sonhos de um povo já conscientizado na cobertura do seu percurso histórico. Integrante da humanidade, o homem brasileiro é também, um empolgado pela emoção de criar belezas e de acender centelhas espirituais no tempo.

A localização do Distrito Federal, enquadrando Brasília, e antes de tudo, a expressão de uma grande aspiração da nacionalidade em interiorizar-se, em integrar-se, em ocupar social, demográfica e econômica o território que a história nos traçou.

simplista neste coração do Brasil. Os movimentos da raça humana negam o cansaço, e comprovam que o homem quer semear ideias para colher conquistas. Há sempre um encontro dos indivíduos com as novas épocas e se fôssemos um corpo social ocioso e inativo já teríamos sido impugnados pelo tempo, interrompendo-se o trajeto humano. Moldar uma obra é colocar-se a serviço do mundo. O homem madrugou diante dos painéis da Criação e entendeu que há tarefas missionárias exigindo desenvolvimento. O avanço universal das idéias e da ação revelou que nenhuma marcha se frustra. Na escalada da história, no grau a que chegamos, sentimos que o progresso é uma lei. Brasília tem a força de um reflexo nesse quadro social, cujas flores não se desfazem.

Cidade destinada a corrigir desnivelamentos econômicos das regiões que compõem a carta geográfica do país, Brasília, plantada no coração do ecumeno brasileiro, dispõe-se a eliminar velhos erros demográficos e econômicos, mediante o povoamento dos vazios que se abrem no Norte e no Oeste do País.

Marcada pelo determinismo histórico, Brasília é uma cidade missionária, como ponto de confluência da gente brasileira, caldeada no homem que de todos os pontos do país a escolheu para seu "habitat". Pólo de atração, lançado em pleno centro do país, de todos os anseios de um povo que deseja sem fim e tradicionalmente pacífico de ocupar o território, que a sua história e os seus homens delimita-

note-se - preconiza, paralelamente, uma conceituação nova na forma como se disciplina o Estado, racionalizando-lhe as normas de desdobramento do progresso coletivo.

Havia uma imperturbável realidade a enfrentar. O Brasil não poderia adiar o efetivo exercício de posse sobre o seu próprio território. Brasília, obra desta geração, sonho da passada, assim o atesta.

A ansiedade do homem brasileiro em realizar uma política racional de integração sócio-econômica do país é testemunhada pelas sucessivas leis que os representantes do povo voltaram desde a Constituição de 87, das quais Brasília hoje é concretização do grande sonho do velho Andrade.

As procrastinações que se verificaram, inspiraram-se na resistência insensata de setores virtualmente impermeabilizados diante das manifestações da civilização e do progresso contemporâneos. O fenômeno da circulação das riquezas recomendava abertura do campo sócio-econômico. Do contrário, com o trabalho do homem concentrado em áreas físicas angustiadas, confinadas ao litoral, não se poderia efetivar a dinamização do potencial da pátria, pois se impunha um conforto real da extensão com a vocação pacífica do seu povo, cioso em geral de fortuna e desenvolvimento.

Brasília, ainda na antiga esquematização dos planos urbanísticos já era uma sugestão de prosperidade nacional. A tese da mudança da capital atravessou largas épocas. Revitalizaram-se as correntes da opinião do

para que "estas se expandissem ordenadamente, racionalmente projetadas, arquitetonicamente definidas. Esta era o Plano proposto".

Ocorreu a inversão, porque brasileiros de todos os pontos atenderam ao chamamento da nova capital e aqui permaneceram, buscando na periferia do Plano-Piloto a localização definitiva. Assim, as cidades satélites se anteciparam à "cidade inconclusa, cidade ainda arquipélago".

Lúcio Costa, salientando o desvirtuamento acarretado pela necessidade de abrigar nas cidades satélites periféricas as massas que buscavam em Brasília, o Eldorado da construção, afirmou, traçando uma diretriz para os responsáveis pelos destinos de Brasília: "Todavia não implica em reformulação do Plano-Piloto que tem características próprias e deve ser mantido. Precisamos prever áreas adequadas para a expansão da cidade, de forma a impedir - isto é fundamental - que ela se faça ao longo das conexões com as denominadas cidades satélites, emanando tais núcleos à matriz, ao chamado Plano Piloto, o que seria um desastre".

As conclusões que se extraem das palavras do mestre Lúcio Costa podem ser sintetizadas em princípios, sobre os quais os presentes e futuros administradores de Brasília irão meditar, para o bem de Brasília:

a) O Plano Básico Lúcio Costa deve ser mantido, completando-se a sua execução;

b) os vazios que ainda se vêm na cidade, principalmente na Asa Norte, devem ser ocupados de conformidade com as destinatícias e os gabaritos fixados no Plano; desafio à capacidade dos atuais governantes de Brasília para torná-la mais bela e ainda mais humana do que a Asa Sul, completando-se a sua infra-estrutura e a sua urbanização;

c) criação dos anéis de Brasília com o primeiro anel entre o Plano-Piloto e as cidades-satélites, destinado à agricultura de manutenção da cidade, e o segundo anel na periferia das cidades satélites, para abrigar o parque industrial, que não só absorva parcela ponderável da mão-de-obra residente nas cidades satélites, como também permita o desenvolvimento de um núcleo industrial essencialmente dedicado à produção de bens de consumo;

d) expansão da cidade, não no sentido dos eixos Brasília-Cidades-Satélites, com a criação fatal de subúrbios, o que desvirtuará o sentido humanístico de Brasília; e sim, na região entre os Lagos do Paranoá e do São Bartolomeu, em um novo núcleo populacional, a ser no futuro planejado, conforme é pensamento do ilustre Governador Elmo Serejo de Farias;

e) estudos e realização de um plano de transportes, com ligações diretas entre Brasília e as Cidades-Satélites, com os meios mais adequados de transporte de massas e estruturação dos planos internos de transporte no Plano-Piloto, de forma a atender a configuração populacional atual e futura de Brasília;

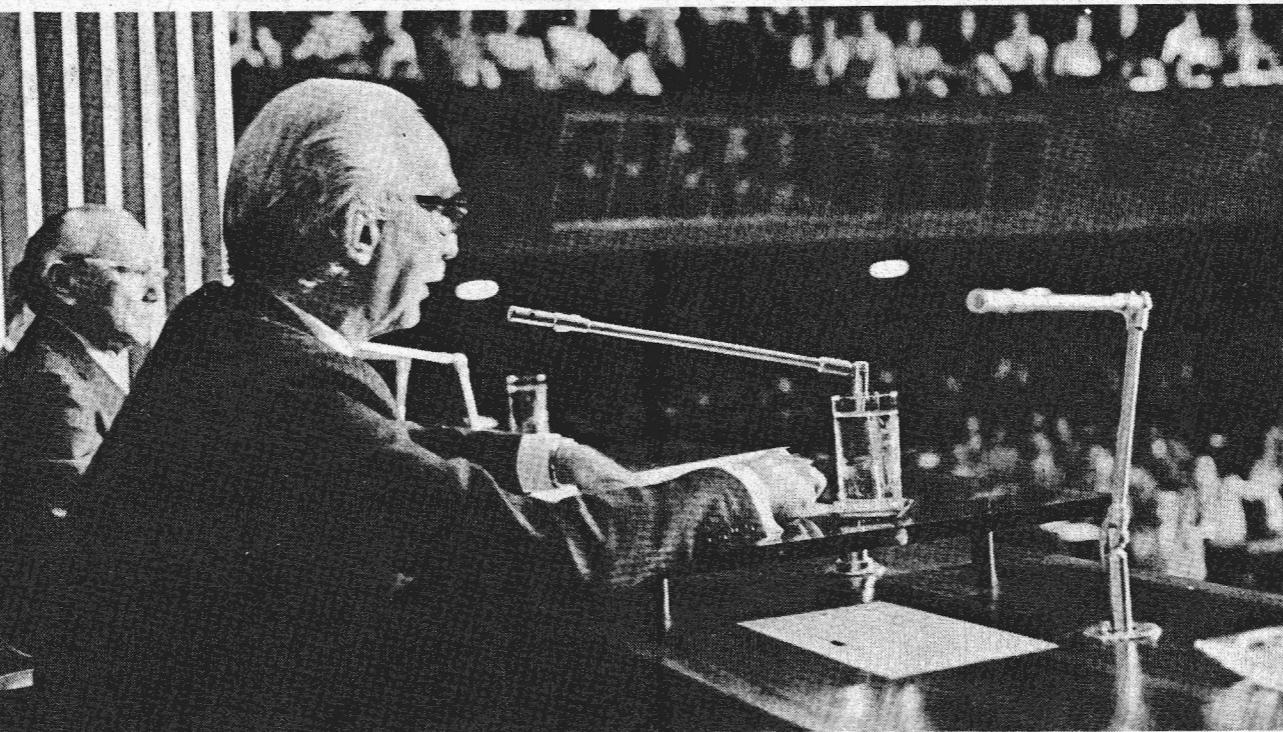
f) aceleração dos planos de edificação das áreas comerciais nas cabeças das Asas Sul e Norte, constituindo-se assim o que o romantismo de Lúcio Costa julga essencial a uma cidade — o seu "cor";

g) fomento à criação de desenvolvimento através dos órgãos financeiros promocionais do Governo do Distrito Federal (Banco Regional de Brasília, Companhia do Desenvolvimento do Planalto — Codeplan, e no Fundo do Desenvolvimento do Distrito Federal — Fundef) das atividades agrárias e industriais em nível consentâneo, com as dimensões sociais do mercado brasiliense;

h) conclusão e ativação do Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito Federal, visando o desenvolvimento harmônico da região do Distrito Federal, completando-se assim o Plano Urbanístico de Brasília.

Uma vez que o planejamento urbanístico de Brasília já foi amplamente estudado neste Seminário, permito-me trazer algumas observações sobre o planejamento administrativo, fruto da minha experiência como administrador de Brasília.

Ao assumirmos o Governo do Distrito Federal em maio de 1964 não imaginávamos o quanto Brasília estava longe de ajustar-se imediatamente ao processo que ela própria desencadeara. Transformada da noite para o dia em Capital do País, sem a menor sincronia



entre o calendário e aquela organização mínima que seria de esperar-se da cidade e do seu complexo de cidades-satélites e das zonas rurais, a Nova Capital viu-se a braços com uma série de problemas, que chegou aos limites do anátema de cidade desumana, criada com o pensamento voltado para a monumentalidade, esquecida do homem que devia habitá-la, dar-lhe calor e vida. Era o "leit-motiv" daqueles que não queriam curvar-se diante da imperiosidade da mudança da capital, em seu sentido político, social e econômico.

Assim, em nosso primeiro ano de Governo, tratamos de pronto de uma programação orgânica a curto prazo, enquanto paralelamente cuidamos de obter do Congresso Nacional lei de reorganização do sistema administrativo do Distrito Federal. Esse diploma legal, a lei no. 4.545, de 10 de dezembro de 1964 — brilhantemente relatada pelo então deputado Arnaldo Nogueira, foi o instrumento fundamental para implantação de uma estrutura organizacional adequada e consentânea com os problemas com os quais uma administração, como a do Distrito Federal, quotidianamente se defronta.

Essa reestruturação fora precedida de um cuidadoso estudo dos problemas existentes e das condições próprias da Nova Capital e fundamenta-se no postulado básico da Administração moderna — centralização do planejamento e descentralização da execução. Nunca é demais encarecer que a lei no. 4.545 não foi feita pelo simples gosto de inovar. A validade de tal trabalho originou-se das necessidades objetivas encontradas pelo Governo, consubstanciadas basicamente em:

— a necessidade de uma administração planejada, capaz de gerar maior responsabilidade, maior rendimento interno e uma racional aplicação de recursos;

— a necessidade de uma atuação e de um comprometimento intencional de Brasília e de todo o Distrito Federal com o desenvolvimento nacional e regional; isto é, o reconhecimento de que a Nova Capital devia exercer com intensidade dirigida e consciente a função de progresso no Centro Oeste do País.

— a necessidade de superar o obsoletismo existente, uma vez que a organização administrativa vigente na época nascida de adaptação e improvisação, estava longe de corresponder e ajustar-se à sua dinâmica renovadora e uma ação planejada só seria possível a partir de uma reforma de métodos e sistemas.

O complexo administrativo do Distrito Federal no modelo inovador, objeto da lei no. 545, apresentava-se como um sistema gravitacional de massas administrativas, estabelecidas as diversas correspondências de modo a permitir ações setoriais autônomas e harmonia de decisões. Introduzia a lei os sistemas básicos de Planejamento, de Orçamento e de Estatística, coordenados pela Secretaria de Governo e instituída ainda o sistema das Administrações Regionais, cobrindo todo o território do Distrito Federal, sistema esse que serviria de base para todo um conjunto de sistemas de administração a serem fixados por um Plano Diretor Regional, peça básica para situar o Distrito Federal em seu real posicionamento sócio-político e econômico.

A lei no. 4.545 para assegurar não só as bases mestras de planejamento urbanístico e arquitetônico, como

também as do planejamento administrativo e econômico, criou dois órgãos da máxima importância na dinâmica funcional do Distrito Federal — o Conselho de Arquitetura e Urbanismo e o Conselho do Desenvolvimento Econômico, que devem ser ativados.

Ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo foram dadas atribuições de:

a) orientar os planejamentos urbanísticos e arquitetônicos, com apoio dos órgãos próprios da Secretaria de Viação e Obras;

b) opinar sobre os projetos de urbanismo e arquitetura a serem executados na área do Plano-Piloto;

c) coordenar iniciativas diretamente relacionadas com o interesse urbanístico do Distrito Federal;

d) exercer outras atribuições que lhe forem omitidas.

Cumpre assinalar ainda que a própria lei, em seu parágrafo 2º do artigo 6º, considerou membros nativos do Conselho "o autor do Plano Urbanístico de Brasília, o autor do Plano Arquitetônico de Brasília e o primeiro presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital". Justa homenagem, e excepcional com a indicação nominal no texto legal, que os Poderes Executivo e Legislativo da República prestavam aos três grandes artífices da construção de Brasília — os arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer e o Engº Israel Pinheiro. Garantia também de que os principios básicos da formulação de Brasília não deveriam sofrer deformações.

Tenho orgulho em afirmar que também o Plano Administrativo de Brasília consubstanciada na lei no. 4.545 de 10 de dezembro de 1964, foi mantido em suas linhas mestras pelos meus ilustres sucessores. Pequenas modificações foram introduzidas ditas pela dinâmica funcional das grandes organizações, como a do Distrito Federal. E hoje aqui neste auditório posso lembrar, com íntima satisfação que o dever cumprido sempre nos traz, que no período em que estive à frente dos destinos de Brasília pude realizar o que me propunha ao assumir o Governo do Distrito Federal aos 18 de maio de 1964. Nesse dia traçávamos, exclusivamente com a intuição de mais de vinte anos de administração, vividos nos mais variados postos da Administração Pública, um programa de ação, assim nos expressando:

"Brasília — maravilha de hoje, ainda com as dores de um parto excessivamente rápido — já tem problemas de uma cidade centenária. Equacioná-los, para início de suas soluções na dinâmica de uma evolução que não pode parar, é a diretriz fundamental de qualquer plano de ação. Corrigir, aperfeiçoando o que a construção em ritmo intenso gerou, é tarefa que se exige do administrador consciente. Passada a fase da audácia e do arrojo do pioneirismo, que sempre caracterizou o desenvolvimento de uma "urb", mormente nas condições que Brasília surgiu, impõe-se agora um planejamento seguro e firme para sua manutenção e expansão, respeitados os princípios criadores basilares de sua fundação. Planejamento sem temor de parecer prudente por ser realístico e adequado às contingências da conjuntura da economia nacional. Programação sem fantasia dos planos que o papel aceita com tolerância e as possibilidades de execução rejeitam liminarmente. Planejamento em todos os setores sem o preciosismo dos

requisitos, porém, sem o esquecimento das normas fundamentais de uma ação coordenada. Programa que não traga o nome de um homem e sim que represente o trabalho de uma equipe que se pôs, com devotamento, ao serviço do país."

"Planejar dentro de uma diretriz ampla — tornar esta jóia do urbanismo contemporâneo em uma cidade na legítima acepção do conceito social com características e proporções humanas. Sem sacrificar a monumentalidade de sua concepção, que a capital de um país continental deve ter — é necessário pensar e agir na terra a terra das condições humanas de convivência social. Serviços públicos, facilidades de acesso à capital, comunicações rápidas, transportes metropolitâneos, pavimentação, ajardinamento, energia elétrica, abastecimento, são marcos a expandir de uma estrutura que é necessária fixar. Sobre ela descansará a superestrutura social com suas habitações, edifícios, escolas, hospitais, centros de saúde, centros de diversões e de cultura, pontos de turismo, de forma que os que aqui se radicaram ou venham a se radicar encontrem reais e cada dia melhores condições de vida. Que dê aos brasilienses o orgulho de sua cidade, não só como capital política do país ou cartão paisagístico e sim como cidade em que a vida é feliz e boa de ser vivida na simplicidade da convivência humana".

"Em planejamento a longo prazo, cuja realização escapará, evidentemente, à transitoriedade de um administrador a prazo fixo, cumpre delinear as bases para que nos arredores de Brasília desenvolva-se uma região geoeconômica de estrutura agropecuária, com a consequente industrialização de sua produção, visando não só constituir fonte de abastecimento da capital, mas, sobretudo, criar e expandir uma fonte de riqueza capaz de aliviar e, no futuro, suprimir os ônus de manutenção de uma capital exclusivamente política. As etapas iniciais, a serem fixadas em um programa a curto prazo, poderão revelar, no futuro, que Brasília, a capital política, encontrará na economia regional, que se criou, as fontes de sua manutenção e de sua expansão".

Procuramos legar um plano administrativo que servisse de matriz à capital que estava dando os primeiros passos para se tornar o grande centro das decisões políticas administrativas do país.

A reforma administrativa com a Lei Arnaldo Nogueira, de 1964, deu ao Distrito Federal os contornos reais de uma unidade política, estruturada dentro dos critérios racionais de uma eficiente descentralização administrativa. E ergueram-se escolas e ginásios. Concluiu-se um teatro. Cresceram nos espaços livres de Brasília as linhas magníficas da Torre de Televisão, que, com justiça, dever-se-ia chamar-se Torre Lúcio Costa, por se tratar da única obra de arquitetura do grande mestre plantada em Brasília, imortal homenagem àquele que criou a paisagem urbanística sem igual da Nova Capital. Ultimaram-se as obras do Hospital Distrital e dos hospitais da L-2, do Gama e de Sobradinho, e dos Centros de Saúde de Brasília, Planaltina e Brazlândia. Consideravelmente aumentadas foram as faixas de asfalto, símbolo de civilização e do progresso.

A Agricultura e a Pecuária foram incentivadas com as experiências iniciadas na Granja do Torto e na Fazenda do Tamanduá. A infra-estrutura de uma cidade, com o abastecimento de água, a rede de esgoto, a distribuição de energia, as obras viárias, foi desenvolvida e levada às cidades satélites, onde populações menos favorecidas viviam à margem da monumentalidade da capital. Nos primeiros meses de 1967, o Governo local agia em mais de 350 frentes de trabalho, em obras fundamentais para a comunidade, afastando o espectro do desemprego que Brasília conhecera agudamente.

Implantamos o Banco Regional de Brasília, a Companhia do Desenvolvimento do Planalto — Codeplan, e o Fundo do Desenvolvimento do Distrito Federal — Fundef, consagrados na lei da Reforma Administrativa, como os órgãos propulsores, por excelência, do desenvolvimento econômico de toda região. São instrumentos vigorosos que já estão acionando em Brasília e nas áreas circundantes em programa vital, flexionando as atividades de que o Governo local participa; condensando fluxos de recursos que de outras entidades financeiras nacionais ou internacionais procuram o Planalto como fonte de suas aplicações.

Estabelecemos, assim, uma estrutura administrativa, flexível e atuante, em que os interesses de Brasília, do Distrito Federal e da região poderão se inserir na caminhada longa de seu desenvolvimento.

As nossas idéias, e falando mais concretamente do que as idéias — a ação de nossa equipe de colaboradores, concentraram-se num esquema de indiscutível validez. Sem desencanto, ou sem experimentar cansaço, apesar das dificuldades e da complexidade da tarefa, realizamos plano de trabalho, que é uma expressão da nova técnica.

Meus Senhores. A Nação está presente em Brasília. Encontram-se aqui as correntes humanas da pátria. Aqui se lavram as grandes decisões políticas brasileiras.

Ambiente de fácil convivência entre os que tem as responsabilidades dos destinos do País, Brasília já demonstrou ter o clima ideal para motivar a solução das crises, que assaltaram a Nação e que neste Planalto de civismo encontraram o caminho natural, dentro das melhores tradições do nosso povo. Houve, de todas as partes, uma tributação espiritual que veio desaguar neste estuário. E o santo milagre da unidade brasileira, tão caracterizada na harmonia da língua, da filosofia política e dos sentimentos cristãos, compõem como energias de alta vitalidade — o processo histórico de uma Nação que é, em termos simultâneos, austera e vibrátil. Austera porque é inflexível ao postular o sacerdócio da democracia. Vibrátil porque se ajusta ao ritmo das graduações do mundo moderno.

Brasília convidou o Oeste a ter fé em si mesmo. Transcendendo aquilo que delimita os ritos de uma cerimônia local, a alma de Brasília é do tamanho do Brasil que ela representa. Brasília é um corpo de doutrina a envelopar pontos programáticos de inegável profundidade social. A imagem leve e sonora desta Pátria indígena reflete-se no granito da "urb" que é, hoje, um dos grandes monumentos arquitetônicos urbanísticos do mundo contemporâneo.

Brasileiros de todas as áreas territoriais aglutinaram-se em Brasília para dar-lhe o toque de uma paisagem que

envolvesse os aspectos humanos e cívicos da Pátria. E contrói-se uma nova cultura, pois esta cidade é o laboratório onde se está formulando um tipo autêntico do elemento brasileiro na síntese sagrada da unidade nacional.

O pesquisador do Homem, quando se escarem os anos concluirá que Brasília configura-se como fator central nesta obra de cristalização de nossos valores éticos.

O monumento à Cultura e à Técnica, que Brasília hoje representa, não é massa morta. Nem é símbolo ocioso. Representa a força criadora da inteligência pátria, que se movimenta e palpita, num vigor que encoraja os pôsteros. Não há, em Brasília, interpretações dúbias, nem revelações fortuitas. A sua beleza doutrinária apresenta um fatalismo nacional. Pois não há marcos nem muros que optimizam a cidade. Ela é plana, e dela as idéias de redenção partem, sem as vicissitudes que o primitivismo político pudesse sugerir.

Meus Senhores, em poucas palavras resume-se a história de Brasília — concretização de uma utopia. Oscar Wilde dizia que "O progresso é a realização das utopias". Brasília como utopia brasileira, na conceituação dos que descrevem a gênio de toda uma geração, materializou-se e é fonte inspiradora de um continente que se desenvolve em rápida progressão histórica.

Brasília é o poema que um povo está escrevendo. É poema social, refletindo movimentos que o homem brasileiro realizou, buscando as conquistas da história. É força da idéia que conjurou o impossível acordando as energias ociosas de um celeiro de riquezas — este Planalto Central — que o próprio Brasil desconhecia. É a vocação de um povo pacífico em ocupar o seu território. É grito de vitalidade que se aperfeiça neste desiderato de fortalecer o continente através do progresso e da harmonia social.

Permitam-me, Senhores, encerrarmos estas observações, aqui comentadas em voz alta por imposição do eminentíssimo Senador Cattete Pinheiro com uma página, cheia de fidalguia e de beleza, deste machadiano de escola Ciro dos Anjos, brasiliense de velha cepa; página esta que é para mim prêmio imerecido e para Brasília uma filosofia de ser. Escreveu o mineiro imortal, saudando-me quase ao fim do meu mandato com as palavras que só ele mesmo sabe dizer, em seu estilo todo especial:

"Outro dia, ao participar de um banquete em homenagem a V. Exa., ouvi-lhe que o título que mais lhe agradava, entre os que se lhe conferiam, era o de ser chamado "Prefeito jardineiro".

"Eis uma confidencial que revela um dos melhores traços de sua personalidade, Sr. Prefeito. Naturalmente, como toda qualificação, esta é uma qualificação limitativa. Outros aspectos, e ricos, há na sua atividade multiforme, na sua ação energética, no seu zelo de administrador. Vejo valas abertas por toda a parte, vejo, por toda a parte, monstros mecânicos a deslocarem milhares de toneladas de terra e novas pistas a riscarem o chão do Distrito, e viadutos, e obras de saneamento, e hospitais, e centenas de novas moradias a se edificarem pelas cidades satélites."

"Toda Brasília está revolvida, como nos trepidantes dias de sua criação, graças à afanosa lida de V. Exa., e à cooperação dos excelentes homens de que soube cercar-se."

"Mas esse epíteto de jardineiro é extraordinariamente sugestivo e comprehendo porque ele tanto sensibilizou a sua alma de artista."

"Um jardim é um remate de civilização, pressupõe transpostas muitas etapas na ascensão cultural dum a sociedade. É uma coisa bela, e o homem capaz de produzir coisas belas está no topo dum longo processo evolutivo. Já não trucida, já sabe que aquilo que buscamos transcende a nossa mesquinha condição humana."

"Num poema famoso, diz Keats que "a thing of beauty is a joy for ever."

"A beleza é, de fato, uma alegria perene, uma alegria que fica. Ela nos penetra pela consciência e pela infância-consciência. Ela nos toca no espírito e no corpo. Ela pacifica o homem, dignifica-o, eleva-o, e, sobre tudo, aproxima-o de Deus."

Concluo com as palavras de Ciro dos Anjos:

"Brasília é hoje uma cidade de gramados e de crianças; os pássaros também vieram, com as árvores que V. Exa. plantou no cerrado. Jardins, crianças e pássaros, que mais se poderia pedir para que Brasília possa oferecer aos homens que governam o País um ambiente sereno, próprio à meditação sobre os grandes problemas de nosso povo?"

Brasília, 21 de agosto de 1974

Plínio Cantanhede concluiu sua exposição dizendo que "em poucas palavras resume-se a história de Brasília — concretização de uma utopia. Oscar Wilde dizia que "o progresso é a realização das utopias." Brasília como utopia brasileira, na conceituação dos que descrevem o gênio de toda uma geração, materializou-se e é fonte inspiradora de um continente que se desenvolve em rápida progressão histórica. A beleza é de fato, uma alegria perene, uma alegria que fica. Ela nos penet

Árvores no lago para

amenizar a “vulgaridade”

Uma das observações mais importantes de Lúcio Costa ao plenário do Simpósio sobre Problemas Urbanos de Brasília, foi a crítica ao padrão arquitetônico das casas construídas ao redor do Lago Paranoá, no seu entender, de uma vulgaridade que compromete o conjunto da cidade e anula a beleza das poucas construções que fazem justiça à concepção urbanística de Brasília.

Lúcio Costa, que identificou esse “casario pretensioso” até mesmo na chamada Península dos Ministérios, entende que o problema poderia ser atenuado, por exemplo, com a plantação, em torno das moradias, de grandes árvores frondosas, “para encobrir essa vulgaridade inconcebível” e, ao mesmo tempo, para valorizar, através do verde, aquela zona residencial, que está, no seu entender, muito “devassada”.

EMBONECIMENTO

Aliás, a produção de Lúcio Costa com a arborização se estende a todo o Plano-Piloto. “Não comprehendo porque ainda faltam tantas árvores em Brasília. Afinal, treze anos já daram para arborizar tudo, inclusive, como estava previsto nos planos originais, o

Eixo Monumental, a Esplanada dos Ministérios — onde se plantariam grandes paineiras, sem perigo de prejudicar a visão do conjunto arquitetônico — e outras áreas de uso comum.”

Lúcio Costa entende que o plantio de árvores deve prevalecer sobre o que chamou de “embonecimento da cidade”, ou seja, a construção, mesmo ao lado dos Ministérios, de jardinhos e plantinhas, “essas coisas meio grotescas que, geralmente, quando entregues a um paisagista, acabam transformadas em arabescos”.

VULGARIDADE

A propósito, o criador de Brasília entendeu a crítica ao sistema de identificação dos Ministérios com letras douradas, afirmando que se pretende com isso individualizar aquelas construções, o que fere os objetivos da concepção da Esplanada Ministerial.

“Aqueles letros dourados — acen-tuou — são também de grande vulgaridade. Há mil maneiras de se identificar facilmente para o interessado os prédios, sem o uso desse artifício. A impressão que se tem é que cada ministério deseja competir com o outro...”



Palavras do criador: Brasília tem tudo para ser “uma grande cidade”

AVENIDA W 1 e L/1

Respondendo a pergunta do sr. Vicente Araújo, presidente da Associação Comercial, sobre a possibilidade de eliminar as interrupções na W/1 e L/1 Sul, assim como o alargamento da W/4, Lúcio Costa considerou que essa medida constituiria “um disparate completo”, porque a área de vizinhança é elemento fundamental da proposta de Brasília”.

Seria o fim, seria um desastre romper as áreas de vizinhança com a W/2, que precisa até de novos obstáculos e de pequenas construções de interesse local, a fim de que haja, realmente, um sentido residencial local, sossegado.

LOTEAMENTOS

No início de sua intervenção, o autor do Plano-Piloto manifestou sua satisfação por sentir que as questões estão sendo bem encaminhadas nos debates do Seminário, de modo que as soluções devidas possam ser remetidas, com lógica, à coordenação necessária.

— Apreciei muito as áreas focalizadas, mas entendo necessária a criação de um organismo que coordene, articule e preveja, tal como o previu o professor Coutinho, pois noto que há uma certa descontinuidade e as coisas correm com desconhecimento de vários departamentos e de várias entidades que deveriam estar antecipadamente informadas.

NOVO NÚCLEO

Para Lúcio Costa, o propósito da atual Administração, de formar um

novo núcleo habitacional na vertente oposta do Plano-Piloto, entre o Lago do Paranoá e a barragem de São Bartolomeu a ser construída, só terá sentido depois que a Asa-Norte estiver totalmente ocupada, embora, no seu entender, seja realmente uma solução viável para resolver necessidades futuras.

Por outro lado, o economista Gilberto Sobral, da Codeplan, esclareceu que apenas 60% da área prevista para o setor de habitação nas duas Asas está ocupada, restando a possibilidade de construção de cerca de 24 mil residências, não se considerando, no cálculo, os terrenos das penínsulas.

ESTRANGULAMENTO

Citando a Universidade de Brasília, que detém mais de onze Superquadras, como um dos órgãos que estão estrangulando, inclusive, o processo de transferência do Governo, Gilberto Sobral disse que a especulação que daí resulta pode ser combatida através de medidas fiscais.

Segundo informações correntes entre participantes do Seminário a UnB não teria recursos para construir e ocupar todas as Superquadras que retém e a SHIS seria um dos outros órgãos que, apesar de sua característica de interesse social, dificulta a solução dos problemas habitacionais, com as inúmeras projeções que possui, sem lhe dar destinação

Integra da carta de Lúcio Costa ao Senador Cattete Pinheiro

“Prezado Senador Cattete Pinheiro: Ao renovar-lhe, e à Comissão que preside, os meus agradecimentos, desejo precisar alguns pontos que reputo fundamentais e gostaria que fossem consignados, juntamente com os textos de duas cartas que há tempos me permitiu dirigir-lhe, no relatório final desse oportuno seminário.

Preliminarmente, conforme assinalei, não se trata, no meu entender, de “reformular” o plano original de Brasília, e sim, antes de mais nada, de assimilar-lhe as intenções e de constatar o que ainda está faltando a fim de completá-lo.

Nesse processo de aferição e confronto das proposições contidas no Plano-Piloto com o estágio atual da cidade, importa verificar as deficiências iniciais e as deformações ocorridas, procedendo-se desde logo às correções necessárias e só depois disto feito é que caberia, então, partir para novas formulações objetivando uma expansão articulada e coerente que não lhe deturpe a feição peculiar, e que impeça a sua fusão com os núcleos satélites cuja implantação antecipada deveu-se a circunstâncias por demais conhecidas decorrentes da própria realidade do país, ainda na fase de desenvolvimento não integrado.

Nesse sentido é urgente estabelecer como preceito, digamos, “constitucional”, o não prolongamento suburbano ao longo das vias que conduzem a esses núcleos periféricos, propiciando-se por todos os modos a instalação ali de atividades agrícolas.

Não se diga que tais terras são impróprias: as projetadas fazendas-modelo, logo transformadas em sítios para residência de autoridades governamentais, e as chamadas mansões, são prova do contrário. Ao passo que as atividades industriais, compatíveis com a vizinha da capital, deverão instalar-se além das áreas urbanas satélites, conquanto próximas, a fim de aproveitar-lhes a mão-de-obra ociosa a assim liberá-las da exclusiva dependência metropolitana. Considero da maior importância para o futuro de Brasília esse princípio das duas envoltórias.

Quanto à futura expansão das áreas residenciais da cidade propriamente dita, parece fato conveniente, tal como já o declarei, o aproveitamento das terras que

ficarão contidas entre o grande lago resultante da projetada barragem de São Bartolomeu e o Jago atual. Mas a ponte que fará a ligação desses bairros novos com a matriz - ou seja, o chamado Plano-Piloto, não poderá estar no prolongamento do Eixo Monumental. Assim, a eventual instalação de transporte coletivo rápido - possivelmente o monotrilho - deverá passar na ilharga sul da esplanada, acima das passarelas de ligação com as extensões dos Ministérios já programados, prolongando-se até Sobradinho e Taguatinga. Isso a médio ou a longo prazo.

A curto prazo, ou seja, na atual administração, cabe acabar a cidade tal como foi planejada, atendidas as correções e conveniências que a experiência impõe, a começar pela efetiva implantação do centro urbano - o seu “core” - que apesar de mal iniciado, ainda é perfeitamente realável.

Além da grande concentração de escritórios para toda sorte de atividades, em parte já construídos, é indispensável dar outro tratamento e atribuir destinação diferente ao pavimento térreo dos edifícios com frente para a plataforma, onde se deverão instalar livrarias, casas de moda, agências de viagem, restaurantes e cafés com mesas ao ar livre, já que estarão protegidas do sol da tarde, de preferência acavalando a calçada ao nível das sobrelojas, de onde poderão desfrutar a bela vista da esplanada.

As vielas e “piazetas”, em escala veneziana, com muitas entremeadas de cinemas e teatros, atualmente bloqueadas e incabadas, são também perfeitamente recuperáveis, tal como as lojas dos prédios em construção no conjunto norte, devendo-se alternar áreas populares e descontraídas com áreas sofisticadas para atender a uma gama maior da população.

A intensificação de anúncios luminosos, a construção de duas praças, uma em frente ao Touring e outra em frente ao teatro, com bancos, espelhos d’água e repuxos; a melhor arborização dos quatro estacionamentos laterais sobre terra firme; a construção de passarelas de ligação da plataforma com os setores comerciais contíguos - tudo isso contribuirá para que essa área passe a ser efetivamente ponto de encontro e convergência, ou seja, o coração da cidade. Se repetem a mesma implantação é talvez

tanto mais vivo por quanto vizinho da movimentada Estação Rodoviária, constituindo assim o traço urbano da união da população do chamado Plano-Piloto com as populações que residem nas áreas periféricas.

Nem mesmo nesse sentido de dar satisfação aos moradores das redondezas de Brasília, chocou-me o fato deles não terem acesso à orla do lago. Propondo pois a criação de uma espécie de clube campestre popular, com ancoradouro, grandes alpendres e espaços de rekreio devidamente arborizados, na área da lagoinha, onde se pretendeu construir a residência oficial do vice-presidente, projeto felizmente abandonado.

Pelo que me foi possível perceber, os anseios da reformulação antecipada da proposta urbanística de Brasília partem principalmente de dois setores que visando embora a objetivos opostos, paradoxalmente se encontram.

Refiro-me aos empreendedores imobiliários interessados em adensar a cidade com o recurso habitual do aumento de gabaritos; e aos arquitetos e urbanistas que, refutando “ultrapassados” os princípios que informaram a concepção da nova capital e sua intrínseca concepção arquitetônica, gostariam também de romper o princípio dos gabaritos pre-estabelecidos, gostariam de jogar com alturas diferentes nas superquadras, aspirando fazer de Brasília uma cidade de feição mais caprichosa, concentrada e dinâmica, ao gosto das experiências ora em voga pelo mundo - gostariam em suma, que a cidade não fosse o que é, sim, outra coisa. Daí a falsa opção desse dilema: “Brasília, cidade velha ou Brasília, cidade viva”.

Falsa porque, mantidos determinados parâmetros urbanísticos, as restrições impostas não são de molde a impedir as novas formulações arquitetônicas, tal como vem ocorrendo em toda parte na cidade. Nas próprias quadras, respeitada a ATE (área total edificada), respeitando o gabarito (6 pavimentos) e o princípio de deixar o térreo vasado (pilotis), a disposição e conformação dos conjuntos de apartamentos e respectivas áreas de comércio pode ser a mais variada. Se repetem a mesma implantação é talvez

por comodismo dos responsáveis e pela falta de incentivo, embora essa uniformidade sombria e impersonal me agrade, mormente quando os blocos são maiores e com apoios mais afastados.

Quanto à preservação do partido horizontal no eixo simbólico da cidade, inclusive nas indicações que confrontam a plataforma rodoviária, em deliberado contraste com as massas altas de um lado e de outro que as flanqueiam, partido adotado precisamente para valorizar a beleza indelével da arquitetura ali presente, - isso é de fato intocável.

Permita-me transcrever este trecho da memória descritiva que todos conhecem, mas que alguns tendem a esquecer.

“Brasília deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como “urbis”, mas como civitas, possuidora de atributos inerentes a uma capital. E, para tanto, a condição primeira é achar-se o urbanista imbuido de uma certa dignidade e nobreza de intenção, por quanto dessa atitude fundamental decorra a ordenação e o senso de conveniência e medida capazes de conferir ao conjunto projetado e desejar-lhe caráter monumental, não no sentido de ostentação, mas no sentido de expressão palpável, por assim dizer, consciente daquilo que vale e significa. Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente. Mas, ao mesmo tempo, cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de Governo e Administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país”.

Tudo isto ainda é possível. Brasília nunca será uma cidade “velha”, sim, depois de completada e com o correr dos anos, uma cidade antiga, o que é diferente, antiga, mas permanentemente viva.

O Brasil é grande, não faltarão aos novos arquitetos e urbanistas oportunidades de criar novas cidades. Deixem Brasília crescer tal como foi concebida, como deve ser - serena, serena, bela e única.

Respeitosamente, Lúcio Costa”.

